

Pode o triângulo rosa falar? O lugar da perseguição aos homossexuais nas exposições de longa duração de dois museus do Holocausto¹

Can the pink triangle speak? The place of homosexual persecution in the long-term exhibitions of two Holocaust museums

Benito Schmidt²

DOI 10.26512/museologia.v11i21.41507

63

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Resumo

O artigo analisa o lugar dos homens cisgêneros gays perseguidos pelos nazistas, em geral identificados como “triângulos rosa”, nas exposições de longa duração de duas das mais importantes instituições do mundo dedicadas à preservação e difusão da memória do Holocausto: o Museu Americano do Holocausto (Washington D.C.) e o *Yad Vashem* (Jerusalém). Com base em discussões sobre trauma e internacionalização da memória do Holocausto, identifica alguns lugares ocupados por essas vítimas: o lugar “para não dizer que não falei deles”, o lugar de “outras vítimas”, o lugar “de anexo” ou o simplesmente o lugar de silêncio. De modo geral, mostra que esses sujeitos vêm ganhando espaço na paisagem memorial do Holocausto, mas ainda são apresentados de maneira escassa, pontual e elíptica, sem interferir na interpretação geral do fenômeno. Por fim, apresenta questionamentos para motivar o debate sobre uma representação mais complexa dos “triângulos-rosa” nas narrativas museais do Holocausto.

Palavras-chave

museus do Holocausto; triângulos-rosa; homens gays; trauma; exposições.

Abstract

The article analyzes the place of cisgender gay men persecuted by the Nazis, generally identified as “pink triangles”, in the long-term exhibitions of two of the most important institutions in the world dedicated to the preservation and dissemination of the memory of the Holocaust: the American Museum of the Holocaust (Washington D.C.) and the *Yad Vashem* (Jerusalem). Based on discussions about trauma and the internationalization of the memory of the Holocaust, it identifies some places occupied by these victims: the place “not to say I didn't mention them”, the place of “other victims”, the place “annex” or the simply place of silence. In general, it shows that these subjects have been gaining space in the Holocaust memorial landscape, but they are still presented in a sparse, punctual and elliptical way, without interfering in the general interpretation of the phenomenon. Finally, it presents questions to motivate the debate about a more complex representation of the “pink triangles” in the museum narratives of the Holocaust.

Keywords

Holocaust museums; pink triangles; gay men; trauma; exhibitions.

Este artigo é resultado de um projeto mais amplo, e ainda em andamento, que tem como objetivo principal examinar a conformação de uma cultura pública transnacional da memória LGBTQI+³ a partir da análise de experiências

1 O título deste artigo inspira-se naquele da obra de Spivak (2018).

2 Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Lattes.cnpq.br/3067875155143249; orcid.org/0000-0003-3931-2389

3 Tenho consciência da emergência recente (a partir da década de 1990) da sigla LGBTQI+ (para designar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas Trans – travestis, transexuais e transgêneras –, Pessoas Queer e Intersexuais, com o sinal de “mais” indicando a possibilidade de se incluir outros(as) “dissidentes sexuais e de gênero”) e do anacronismo em utilizá-la para períodos históricos anteriores. Contudo, preferimos empregá-la ao invés de termos como “gay” ou “homossexual”, devido ao caráter restritivo (em geral visibilizando apenas homens cis) do primeiro e patologizante do segundo. Sobre o tema, ver: FREEMAN e RUPP, 2017.

de história pública que, apesar de dispersas geograficamente e variadas em seus propósitos e materialidades, contribuíram sobremaneira para moldar a maneira como as sociedades ocidentais “lembram” desse passado (SCHMIDT, 2019). Entre essas experiências, propus examinar a presença (ou não) dos chamados “triângulos rosa”, ou seja, homens cisgêneros gays⁴ perseguidos e internados em campos de concentração pelo regime nazista, em alguns museus do Holocausto existentes em diferentes países. Esse recorte se deve à centralidade do Holocausto na paisagem memorial contemporânea, aspecto que será abordado mais detalhadamente adiante. No presente artigo, tratarei dessa presença/ausência nas exposições de longa duração de duas das mais importantes instituições destinadas a preservar e difundir a memória do Holocausto: o *Yad Vashem*, estabelecido em Jerusalém (Israel) no ano de 1953, e o Museu Americano do Holocausto em Washington D.C. (EUA), inaugurado em 1993. Esta escolha se deve ao fato de o primeiro ser a mais antiga instituição memorial do mundo voltada a este tema e de o segundo encarnar de forma bastante acabada o processo de transnacionalização da memória do Holocausto. Portanto, a comparação proposta permite discutir as mudanças e permanências nos processos de enquadramento dessas memórias, bem como os silêncios e esquecimentos deles decorrentes (POLLAK, 2019), nesse caso, especificamente no que tange aos triângulos rosa. De modo geral, pretende-se discutir as possibilidades, dilemas e limites da musealização do trauma nas sociedades contemporâneas.

Para dar conta dessa proposta, dividi o artigo em três partes. Na primeira, apresento a temática da perseguição aos homens cisgêneros homossexuais na Alemanha nazista e as dificuldades para a sua inserção na memória do Holocausto, relacionando tais discussões com a noção de trauma. A seguir, apresento brevemente as instituições em estudo e procedo a comparação indicada anteriormente. Por fim, nas “Considerações finais”, aponto caminhos possíveis para uma incorporação mais complexa do tema nas narrativas expositivas.

Tratarei, portanto, dos silenciamentos, tensões e formas de incorporação (ou não) da memória incômoda dos triângulos rosa na paisagem memorial mais ampla relativa ao Holocausto ao longo da segunda metade do século XX e início do XXI com base em documentos oficiais das instituições, catálogos, *websites*, registros de visitas *in loco* e bibliografia especializada.

A perseguição aos triângulos rosa na memória do Holocausto: a difícil gestação de um trauma cultural

Estima-se que 100.000 homens cisgêneros homossexuais foram vítimas de delação, fichados, perseguidos ou condenados pela polícia ou pelas SS, as poderosas tropas paramilitares ligadas ao Partido Nazista. Dentre eles, 10.000 foram internados em campos de concentração. A justificativa legal para tais procedimentos foi o famoso e odioso Parágrafo 175, do Código Penal alemão, que, em 1871, considerava criminoso o ato sexual entre pessoas designadas como homens no nascimento. A normativa mereceu questionamentos em diferentes momentos dos anos que se seguiram e, de modo geral, foi pouco aplicada até

4 Talvez, pela inexistência de uma discussão mais difundida sobre transgeneridade à época e, sobretudo, de uma reivindicação política coletiva positiva e específica dessa identidade, alguns triângulos rosa pudessem se reivindicar hoje como mulheres trans. Sabemos também das perseguições sofridas pelas mulheres cisgêneras lésbicas e, possivelmente, de pessoas que hoje se reconheceriam como homens trans durante o Terceiro Reich. Mas as violências sofridas por essas e esses, em função das divisões e hierarquias de gênero estruturantes das sociedades ocidentais, merecem uma discussão específica. Ver sobre o tema, entre outros, HUNEKE, 2019 e MARHOEFER, 2016.

a chegada dos nazistas ao poder em 1933. O fato que desencadeou uma perseguição mais efetiva dessas pessoas foi o assassinado de Ernst Röhm, chefe da SA, outro grupo paramilitar nazista, pelas SS, durante a chamada Noite dos longos punhais (30/06/1934 – 02/07/1934). Sua homossexualidade foi uma das justificativas alegadas para o crime. Em outubro de 1936, Heinrich Himmler, chefe das SS, forma o Birô Central da Seguridade do Reich para Combater a Homossexualidade e o Aborto. Ambos eram considerados, no âmbito das políticas eugenistas do Reich, crimes contra a raça ariana. A partir de 1938, uma diretiva da Gestapo determinou que os homens considerados culpados de homossexualidade fossem encarcerados em campos de concentração. A medida foi estendida para vários territórios ocupados⁵.

Ao final da guerra, esse fato não foi incorporado às memórias nacionais da resistência ao nazifascismo e nem, posteriormente, à memória mais ampla do Holocausto. No julgamento de Nuremberg a questão não foi abordada. O Parágrafo 175 continuou vigorando nas duas Alemanhas (Ocidental e Oriental), com pequenas variações. Somente em 1968 os atos homossexuais consentidos entre pessoas adultas foram descriminalizados na Alemanha Oriental. No ano seguinte, a norma legal foi revisada na Alemanha Ocidental.

No caso da França, essas vítimas foram deliberadamente afastadas das associações de resistentes e deportados, mantendo seu estatuto de párias sociais. Nesse sentido, Michael Pollak (1993: 205) comenta como o enquadramento de uma determinada memória da Resistência implicou o silenciamento de outras lembranças, originando disputas entre as vítimas:

[...] a participação na Resistência era mais fácil de valorizar depois da guerra do que, por exemplo, ter sido preso numa blitz por ser judeu. Ou ainda, ter sido deportado por condenação de delito penal, por ter atuado no mercado negro. Há uma multidão de motivos, uma multidão de memórias e lembranças que tornam difícil a valorização em relação à sociedade em geral e que podem ser a origem de conflitos entre pessoas que vivenciaram o mesmo acontecimento e que, a priori, por terem elemento constitutivo comum em suas vidas, deveriam sentir-se como pertencentes ao mesmo grupo de destino, à mesma memória.

Especificamente em relação aos homossexuais e a outros desviantes “morais”, o autor afirma:

Uma pesquisa de história oral feita na Alemanha junto aos sobreviventes homossexuais dos campos comprova tragicamente o silêncio coletivo daqueles que, depois da guerra, muitas vezes temeram que a revelação das razões de seu internamento pudesse provocar denúncia, perda de emprego ou revogação de um contrato de locação. Compreende-se porque certas vítimas da máquina de repressão do Estado - SS - os criminosos, as prostitutas, os “associais”, os vagabundos, os ciganos e os homossexuais - tenham sido conscienciosamente evitadas na maioria das “memórias enquadradas” e não tenham praticamente tido voz na historiografia. Pelo fato de a repressão de que são objeto ser aceita há muito tempo, a história oficial evitou também durante muito tempo submeter a intensificação assassina de sua repressão sob o nazismo a uma análise científica (POLLAK, 1989: 13-14).

O rompimento deste silêncio se deu por pressão do movimento LGBTQI+, ainda com o nome de movimento “gay” ou “homossexual”, principal-

5 Sobre o tema ver, entre outros: BOULLIGNY, Arnaud, 2018; LE BITOUX, 2002; PLANT, 1988; SETTERINGTON, 2018 e SCHLAGDENHAUFFEN, 2011.

Pode o Triângulo Rosa falar?

O lugar da perseguição aos homossexuais nas exposições de longa duração de dois museus do Holocausto

mente através de sua imprensa (os primeiros relatos sobre os “triângulos rosa” foram publicados na revista homossexual francesa *Arcadie*, em outubro de 1960), e de produtos culturais, como a peça teatral *Bent*, que estreou em Londres no ano de 1979. O jornal *Lampião da Esquina*, considerado o mais importante pioneiro da imprensa LGBTQIA+ brasileira, já tratava da questão em seu exemplar “zero” de abril de 1978: “Aos poucos começa a vir à tona a verdade sobre os sofrimentos dos homossexuais na Alemanha nazista e sob o fascismo em geral”. A matéria também noticiava:

Para os homossexuais dos movimentos de libertação, porém, esses crimes já eram motivo de estudos e referências há muito mais tempo. Em Londres, por exemplo, um movimento gay vem lutando desde 1972 para trazer à luz os fatos escandalosos e todos os anos coloca uma coroa de flores com o formato do triângulo rosa [...] no monumento às vítimas do nazismo (*Lampião da Esquina*, abril/1978: 5).

Os testemunhos dos homens cisgêneros homossexuais perseguidos pelo nazismo começaram a ser publicados ainda no início da década de 1970: o primeiro foi “Os homens do triângulo rosa”, de Josef Kohout, lançado em 1972 com o pseudônimo de Heinz Heger⁶. Em 1985, o presidente da Alemanha Ocidental, Richard von Weizsäcker, apresentou um primeiro reconhecimento público dessa perseguição durante o 40º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse mesmo ano, placas foram instaladas nos campos de concentração de Dachau e de Neuengamme reconhecendo o sofrimento dos prisioneiros homossexuais. Monumentos e placas versando sobre o mesmo tema foram instalados em, entre outras cidades, Amsterdã (1987 - monumento), Berlim (1989 – placa e 2008 - monumento) e Sidney (2001). Em 2011 e 2012, faleceram os últimos sobreviventes assumidamente gays dos campos de concentração: Rudolf Brazda e Gad Beck, respectivamente.

Esta cronologia é importante para entendermos em que momentos deste processo memorial os museus estudados se situam: o *Yad Vashem* foi, como já mencionado, inaugurado em 1953, quando a memória dos triângulos rosa ainda era subterrânea em relação à memória enquadrada do Holocausto (POLLAK, 1989), embora o seu Museu da História do Holocausto tenha sido aberto somente em 2005, quando a primeira já havia conquistado espaço público; já o Museu Americano do Holocausto foi, como também mencionado anteriormente, inaugurado em 1993, em um contexto de internacionalização da memória do genocídio perpetrado pelos nazistas, incluindo as perseguições aos homens cisgêneros gays. Essa última instituição foi a primeira do gênero a realizar uma coleta sistemática de documentos e depoimentos de triângulos rosa.

Tal quadro de afirmações e conflitos justifica a investigação sobre a presença ou ausência dos triângulos rosa em museus dedicados ao tema mais amplo do Holocausto. Afinal, sabemos que lembrança e esquecimento constituem um par indissociável, e a escolha do que lembrar e do que esquecer, e, no caso dos museus, do que adquirir e exibir e do que desconhecer, é eminentemente política. Por isso, cabe perguntar: se a memória do Holocausto é transnacional e paradigmática para pensar outras recordações traumáticas, como ela se relaciona com a constituição, também transnacional, embora bem menos modelar, da memória LGBTQIA+?

6 Sobre esses testemunhos, ver SILVA, 2018.

Não há dúvidas de que o Holocausto se tornou o acontecimento balizador da paisagem memorial contemporânea. Na tensão entre a afirmação de sua singularidade e a reivindicação de seu caráter paradigmático, o assassinato sistemático, metódico e massivo de milhares de pessoas – sobretudo judeus, mas também ciganos, escravos, pessoas com deficiência, opositores políticos, testemunhas de Jeová e homens cisgêneros homossexuais, entre outros grupos – pelos nazistas passou a ser um prisma incontornável para representar e hierarquizar diversos traumas históricos do século XX. Como destaca a historiadora Sabina Loriga (2012: 2), “[...] a Shoah está sempre presente, [...] permanece um referencial incontornável: pode-se dizer que representa uma espécie de padrão, na medida em que se tornou modelo para outros genocídios, bem como para reflexões sobre o trauma [...]”⁷. Acrescento ainda a reflexão mais geral de Gabriel Gatti (2019: 05) sobre a transnacionalização de narrativas de memória: “Quando se transnacionalizam, ajudam a circular formas de entender o passado pretensamente universais e funcionam como um kit sobre o qual se armam tanto políticas públicas como manifestações culturais, formas de habitar a cidade, memoriais e rotinas”.

Neste movimento de transnacionalização, os museus dedicados ao tema do Holocausto⁸ assumem um papel fundamental. Ao espacializarem tal acontecimento, organizando fatos aparentemente dispersos em uma narrativa coerente e materializando-os em textos, fotografias, objetos e filmes, tais instituições “produzem presença” (GUMBRECHT, 2010) para os/as visitantes, tornando o passado tangível e acessível aos sentidos. A memória da perseguição aos homens cisgêneros gays pelos nazistas também foi internacionalizada (não sem oposições), como vimos mais acima, sobretudo pela ação do moderno movimento LGBTQIA+, através da imprensa militante, da publicação de relatos de sobreviventes, de cerimônias fúnebres, de filmes e peças teatrais, da instauração de placas e monumentos em lugares públicos, e, também, de espaços em museus, como veremos a seguir. Desta maneira, constituiu-se como um trauma cultural (ALEXANDER, 2004) na memória e na história dos e das dissidentes da cisheteronormatividade⁹.

A noção de trauma surgiu na medicina, migrou para a área “psi” e a partir da década de 1970 passou-se a enfatizar a sua dimensão coletiva e hereditária. De acordo com Loriga (2018: 95),

Pouco a pouco, a questão da transmissão intergeracional (desenvolvida entre gerações em contato e realizada em ambas as direções, descendente e ascendente) e a transmissão transgeracional (realizada em direção descendente, à distância, entre duas gerações) se converte em algo central.

No caso de grupos étnicos, como judeus e ciganos, a transmissão do trauma parece acompanhar a hereditariedade “sanguínea”, o que não significa, de forma alguma, que ela independa de um forte trabalho cultural. Já no caso de grupos formados a partir de outros tipos de afinidade, como posicionamento político, pertença religiosa ou orientação sexual, a ação cultural precisa compen-

7 A tradução de todos os textos em língua estrangeira, salvo menção ao contrário, são de minha responsabilidade.

8 Para um mapa geral destas instituições, consultar https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_Holocaust_memorials_and_museums Acesso em 20/07/2021.

9 Sobretudo para os homens cisgêneros gays que, de modo geral, hegemonomizam as narrativas sobre o passado LGBTQIA+. Ver, sobre o tema: TEDESCO, 2018.

Pode o Triângulo Rosa falar?

O lugar da perseguição aos homossexuais nas exposições de longa duração de dois museus do Holocausto

sar a falta de elementos “genéticos” para criar uma comunidade de sofrimento. Isto se verifica, por exemplo, na imprensa LGBTQIA+ que se encarregou de reproduzir, em diversos lugares do mundo, artigos sobre o drama dos triângulos rosa¹⁰.

Examinando a dimensão psicanalítica do trauma, e sua passagem do plano individual ao coletivo, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, Loriga (2012: 03) comenta: “Dado o laço fundamental da história com a violência, a memória coletiva está impregnada de feridas simbólicas que clamam por cura”. E, apoiando-se em Sandor Ferenczi, a autora (2012: 04) refere-se ao trauma como uma perturbação da capacidade de simbolização. Neste sentido, os museus seriam um dos locais possíveis que permitiriam tal simbolização, já que o trauma “[...] parece um vazio, um buraco, que exige um trabalho indiciário indireto” (LORIGA, 2012: 04).

O conceito de “trauma cultural” de Jeffrey Alexander pode ser útil no sentido de instrumentalizar um estudo propriamente histórico dessas feridas e buracos abertos pelas violências coletivas. Nas palavras do autor,

O trauma cultural ocorre quando membros de uma coletividade sentem que foram submetidos a um fato horrível que deixou marcas indelévels na sua consciência grupal, marcando suas memórias para sempre e mudando sua futura identidade de modo fundamental e irrevogável (ALEXANDER, 2004: 3).

Isso não significa, obviamente, negar a realidade do “fato horrível” gerador do trauma, mas sim pensar por quais caminhos e suportes esse afetou a identidade do grupo. É parte dessa história que se pretende examinar aqui, por meio dos exemplos dos museus do Holocausto de Jerusalém e Washington D.C.

O (não) lugar dos triângulos rosa

O *Yad Vashem* é o memorial oficial de Israel para lembrar as vítimas judaicas do Holocausto. Tem caráter laico e foi estabelecido em 1953, embora já fosse pensado, ao menos, desde o imediato pós-guerra (OFER, 2010), após a aprovação do Knesset, o Parlamento israelense. Segundo o seu site oficial, a tarefa da instituição é:

[...] comemorar, documentar, pesquisar e educar sobre o Holocausto: relembrando os seis milhões de judeus assassinados pelos nazistas alemães e seus colaboradores, as comunidades judaicas destruídas e os guerreiros do gueto e da resistência; e honrando os Justos entre as Nações que arriscaram suas vidas para resgatar judeus durante o Holocausto. O *Yad Vashem* abrange 45 acres no Monte da Lembrança em Jerusalém e é composto por vários museus, centros de pesquisa e educação, monumentos e memoriais¹¹.

Em 1958, a instituição improvisou uma exibição inicial, mas o museu histórico só foi aberto em 1973, comprometendo-se com duas demandas: “de um lado, o público queria ‘compreender’, entender melhor como a destruição dos

10 Ver, por exemplo, o ensaio “De Sodoma a Auschwitz, a matança dos homossexuais” publicado no jornal *Lampião da esquina* (junho de 1979, p. 3), que encerra com a seguinte nota: “Este artigo foi publicado pela primeira vez em 1972, no Boletim do Cidams. Posteriormente, várias revistas e jornais do mundo inteiro reproduziram-no, sobretudo na Itália, Suíça, França e Argentina”.

11 <https://www.yadvashem.org/about/yad-vashem.html> Acesso em 21/07/2021. São considerados “justos entre as nações” as pessoas não-judias que, sem interesses pessoais, arriscaram a vida, liberdade ou posição para salvar judeus durante o Holocausto. Ver: PALDIEL, 1998.

judeus da Europa ocorreu. De outro, o ainda muito jovem Estado de Israel visava legitimar seu estatuto como herdeiro dos seis milhões de vítimas” (SCHLAGDENHAUFFEN-MAIKA, 2005: 245). Em 1978, a exposição passou a incluir o destino dos sobreviventes. Contudo, enfatizava a perspectiva dos perpetradores e não a das vítimas. No ano de 1994, a narrativa expositiva passou a ser repensada, com ênfase na empatia com as vítimas, mais do que na identificação com aqueles que resistiram (SCHLAGDENHAUFFEN-MAIKA, 2005: 245). Em 2005, o novo museu histórico do Yad Vashem foi aberto ao público. Segundo Dalia Ofer (2010: 506), “a grande mudança no conceito [da exposição permanente] é sua ênfase no pessoal, tanto quanto ou mais do que no coletivo”. De acordo com o site da instituição, o Museu “[...] apresenta a história da Shoah a partir de uma perspectiva judaica única, enfatizando as experiências das vítimas individuais por meio de artefatos originais, testemunhos de sobreviventes e pertences pessoais”¹².

Este foco no testemunho também será a ênfase da exposição permanente do Museu Americano do Holocausto. A instituição foi inaugurada pelo presidente Bill Clinton em abril de 1993, concretizando um projeto aventado, ao menos, desde 1978. De modo geral, o Museu é a culminância de um longo e tortuoso caminho de incorporação do Holocausto à cultura da memória estadunidense (NOVICK, 1999). A sua instalação na área do *National Mall* de Washington D.C., onde estão situados alguns dos mais importantes memoriais, monumentos e museus dos Estados Unidos, reforça esse significado. Edward Linenthal (2001: 4) define a trajetória de constituição do Museu Americano do Holocausto como “[...] uma história de fronteiras definidas, atacadas, defendidas, preservadas, redesenhadas e reestabelecidas. É uma história de contínuas negociações a respeito das fronteiras das memórias”. Fronteiras essas relativas, sobretudo, aos grupos que deveriam ser lembrados. O consenso possível se expressa na definição de Holocausto contida no texto da missão do Museu adotada ainda em 1993:

O Holocausto foi a perseguição estatal e sistemática, e aniquilação do Judaísmo Europeu pelo Nazismo Alemão e seus colaboradores entre 1933 e 1945. Judeus foram as principais vítimas – seis milhões foram assassinados; ciganos, pessoas com deficiência e poloneses foram também alvos da destruição ou dizimação por razões raciais, étnicas ou nacionais. Outros milhões, incluindo homossexuais, testemunhas de Jeová, prisioneiros soviéticos de guerra e dissidentes políticos, também sofreram dolorosa perseguição e morte sob a tirania nazista (apud WEINBERG e ELIELI, 2010: 23).

É importante salientar que ambas as instituições envolvem outras sessões (arquivos, memoriais específicos, centros de pesquisa, setores educativos, etc.) e promovem outras atividades (exposições de curta duração, ações pedagógicas, etc.) que não as suas respectivas exposições de longa duração (ou “permanentes”, como ainda aparecem referenciadas), mas essas são seus espaços mais visitados, áreas “nobres” onde se expressam as narrativas oficiais que pretendem difundir.

Vejamos algumas características comuns dessas exposições: as duas enfatizam uma perspectiva judaica do Holocausto, incluindo os demais grupos perseguidos pelos nazistas na categoria “outras vítimas”. No caso do *Yad Vashem* esse foi justamente o propósito da criação da instituição como um todo, e do museu histórico em particular, os quais articulam o passado (o Holocausto)

12 <https://www.yadvashem.org/museum/holocaust-history-museum.html> Acesso em 21/07/2021.

Pode o Triângulo Rosa falar?

O lugar da perseguição aos homossexuais nas exposições de longa duração de dois museus do Holocausto

com o presente e o futuro (a criação e a permanência do Estado de Israel). Em se tratando da instituição estadunidense, essa foi uma questão permanentemente discutida ao longo de sua constituição, com diversos grupos (especialmente grupos étnicos e/ou nacionais como judeus, poloneses, ucranianos e ciganos) disputando espaço na exposição de longa duração. Porém, como vimos no texto da missão do museu, a presença judaica foi enfatizada. Isso se deve, obviamente, ao fato de que os judeus constituíram o alvo principal da perseguição e extermínio nazista, mas também à força da comunidade judaica nos Estados Unidos e aos interesses geopolíticos do país no Oriente Médio (LINENTHAL, 2001).

Ambas seguem uma ordem cronológica, mostrando, com pequenas variações, o caminho da “catástrofe à redenção” (SCHLAGDENHAUFFEN-MAIKA, 2005). Trata-se de exposições narrativas, focando mais na história a ser contada no que nos objetos expostos. Estes objetos, contudo, estão presentes, de modo a comprovar os fatos narrados e a produzir, pela sua autenticidade, um contato mais “real” com o passado. Afinal, não obstante a sua mudez, também são testemunhas dos horrores perpetrados.

As exposições em análise buscam, como foi indicado antes, induzir a uma identificação dos/as visitantes/as com as vítimas. Para tanto valem-se de recursos cenográficos, tecnológicos e o que chamo aqui de retóricos. Nas salas, alternam-se representações de “quantidades” (de malas, de cabelos, de sapatos, de corpos...), de modo a indicar o caráter massivo da tragédia, com representações de casos individualizados (por meio, por exemplo, de fotografias com certas pessoas e famílias em destaque, da valorização de objetos pessoais singulares, da reprodução em painéis de relatos das vítimas, entre outras estratégias), possibilitando a identificação face-to-face com aqueles e aquelas que pereceram. Como ressalta Ofer (2010: 506), referindo-se ao Museu Histórico do *Yad Vashem*:

Em todas as dez galerias, distribuídas cronologicamente, as histórias pessoais dos que foram mortos aparecem ao lado de vídeos de sobreviventes contando sobre suas famílias e suas próprias experiências. Os testemunhos de sobreviventes sempre se relacionam com o tema da galeria onde são mostrados, e alguns poucos prosseguem de galeria em galeria à medida que as histórias de vida de certos indivíduos evoluem.

Já no que tange ao Museu de Washington D.C., são significativas as palavras de François Hartog (2001: 16):

Toda a pedagogia do museu visa levar os visitantes, durante sua visita, a identificarem-se com as vítimas (distribuem-se até mesmo, na entrada, carteiras de identidade de vítimas). Além de instalar o Holocausto em um museu permanente, a visita pretende transformar cada visitante, e eles se contam aos milhões, em uma testemunha delegada, uma testemunha substituta, um *vicarious witness*.

No que tange ao Museu Americano, o *Hall of Witness*, espaço liminar que faz a transição entre o mundo exterior e a exposição, e o *Hall of Remembrance*, ponto final da visita, espaço simples e solene projetado para cerimônias públicas e para reflexão individual, cujas paredes, onde estão inscritos os nomes dos campos de concentração e de extermínio, circundam uma chama eterna, são indicativos dessa finalidade. No caso do *Yad Vashem*, o *Hall of Names* — um repositório para as páginas de testemunhos de milhões de vítimas do Holocausto — que encerra o percurso cumpre igualmente tal função. Mesmo no folheto com instruções para fazer doações ao Museu de Washington D.C. essa lógica é central: a

fotografia de uma criança judia assustada, mãos para o alto, cercada por soldados nazistas de armas em punho, é associada à frase: “Você é minha testemunha”.

Que lugares ocupam os triângulos rosa nas referidas exposições?

Com base nas fontes consultadas e em uma observação cuidadosa (in loco e virtual) dos espaços expositivos é possível detectar alguns desses lugares. Vejamos.

No Museu Histórico do *Yad Vashem*, os triângulos rosa só passaram a aparecer com mais ênfase na exposição de 2005, tendo em vista o já descrito processo recente de emergência desse grupo na paisagem memorial do Holocausto. Para entendermos tal fato, é preciso salientar que, mesmo permanecendo como um espaço voltado sobretudo à memória judaica, a instituição se internacionalizou e passou a receber cada vez mais visitantes não-judeus, devendo, portanto, abrir-se para outros debates memoriais e históricos. Com base na identificação feita por Schlagdenhauffen-Maika (2005: 251-255) a respeito da presença das “outras vítimas” ao longo da exposição, é possível apontar as seguintes “aparições” das vítimas homossexuais.

Logo no início do percurso, na primeira galeria, após um fosso representando a queima de livro considerados subversivos pelos nazistas, ocorrida em 10 de maio de 1933, um painel indica que

o regime nazista não estigmatizou apenas os judeus, mas também outros grupos: adversários políticos, por um lado, e todos aqueles que foram excluídos da comunidade nacional de outro, como as testemunhas de Jeová, homossexuais, ciganos e deficientes, sendo estes considerados uma ameaça à pureza da raça.

A perseguição aos homossexuais é representada também por uma foto do salão de baile “Eldorado” com paredes cobertas por suásticas e cartazes de propaganda nazista. Este estabelecimento, localizado na região de Schöneberg em Berlim, era famoso em toda a Europa nas primeiras décadas do século XX como um reduto da cena homossexual, tanto para homens quanto para mulheres, e foi, de fato, um dos primeiros locais de sociabilidade desse segmento a serem fechados pelos nazistas.

Na sétima galeria, cujo tema é o universo concentracionário e as marchas da morte, consta uma litografia feita em 1945 pelo alemão Richard Grune, apresentada ao lado daquelas realizadas por David Olère e Henri Pieck: “Chicote e Trabalho Forçado”. Grune foi condenado pelos nazistas nos termos do Parágrafo 175 e deportado para os campos de concentração de Sachsenhausen e Flossenbürg. Uma nota específica que ele “foi deportado por homossexualidade”¹³.

A respeito da presença dos triângulos rosa na exposição de Washington D.C., tomamos como base as indicações de Linenthal (2001: 305). Em uma vitrine sobre a queima de livros perpetrada pelos nazistas, como no caso do *Yad Vashem*, mas com mais detalhamento, um texto indica que entre as obras destruídas estavam os “textos de Magnus Hirschfeld sobre homossexualidade”¹⁴. Na parte dedicada aos “Inimigos do Estado”, outro texto refere que homossexuais foram perseguidos devido a sua “orientação sexual”. Já no espaço voltado ao tema “Quem deveria viver e quem deveria morrer”, pode-se ler:

13 Sobre as gravuras de Grune e sua influência na configuração de uma iconografia homoerótica, ver: RÖSKE, 2014.

14 Magnus Hirschfeld (1868-1935) foi um médico e sexólogo judeu e alemão. Defendeu a causa dos homossexuais e pessoas transgênero. Fundou o Instituto de Ciências Sexuais, destruído pelos nazistas em 1933. Ele então se exilou na França, onde morreu. Sobre o personagem, ver, entre outros: MANCINI, 2010.

Aproximadamente 10 mil homossexuais, a maior parte deles alemães e austríacos, foram aprisionados nos campos. A eles seguidamente foram atribuídos os piores trabalhos, como resultado desse fato, mais da metade não sobreviveu. Muitos homossexuais também foram sentenciados e internados sob outras categorias.

Há também fotos de identificação de vítimas gays no terceiro andar, ao contrário do *Yad Vashem*. Na exibição do segundo andar, chamada de “Retorno à vida”, pode-se ler:

Sob o governo militar dos aliados, alguns homossexuais na Alemanha foram forçados a cumprir seus períodos de encarceramento, independentemente do tempo que passaram em campos de concentração. A lei usada pelos nazistas para aprisionar homossexuais continuou efetiva até 1969.

Importante ressaltar que, no início da década de 1980, quando já se discutia a concepção da exposição de longa duração do Museu estadunidense, a Aliança Gay e Lésbica daquele país havia criticado a comissão responsável por permanecer “absolutamente silenciosa sobre milhares de seres humanos exterminados nos campos da morte por causa da sua orientação sexual” (*apud* LINENTHAL, 2001: 187-8). Em resposta, o Conselho do Museu em formação contactou ativistas gays na Europa e realizou buscas de artefatos e fotografias. O historiador Klaus Müller, da Universidade de Amsterdã, contribuiu com fotografias da vida gay na Alemanha antes da Guerra, de prisões de homossexuais em Düsseldorf e de identificação de indivíduos desse segmento em Auschwitz (LINENTHAL, 2001: 188). Como resultado, produziu oito “carteiras de identidade” (aquelas referidas mais acima por Hartog) de vítimas cisgêneras gays e uma de uma vítima cisgênera lésbica. Com essas informações, quero indicar, mais uma vez, a importância dos movimentos LGBTQIA+ organizados para que essa memória viesse à tona no âmbito de uma memória traumática mais ampla.

A partir dessa breve descrição, indico alguns lugares que os triângulos rosa ocupam, separada ou simultaneamente, nas duas exposições analisadas. Chamo o primeiro de “lugar para não dizer que não falei deles”, referindo-me ao fato de que, realmente, as vítimas homossexuais são lembradas nas narrativas expositivas principais de ambos as instituições, o que ajuda a eximi-las da acusação de homofobia institucional. Temos menções a elas em um painel, junto a outras vítimas; em uma gravura, acompanhada de uma legenda mais específica e em uma fotografia – no caso do *Yad Vashem*; e em três textos e em um conjunto de fotografias – no caso do Museu de Washington D.C. Em ambas as exposições, a queima de livros de 1933 é associada à perseguição dos homossexuais, com mais ou menos especificidade. A complexidade da narrativa do museu estadunidense sobre o tema parece ser maior, ao indicar a continuidade dessa perseguição após a guerra e propiciar uma maior identificação com os visitantes através de fotografias pessoais. No museu israelense, a referência iconográfica é a gravura de um artista deportado por sua homossexualidade, retratando dois homens se apoiando, fatigados pelo trabalho forçado. Sobre a ausência de fotografias de homossexuais nesta última instituição, ao menos de maneira explícita, Schlagdenhauffen-Maika (2005: 252-253) apresenta um relato significativo:

[...] uma imponente parede de fotografias apresenta uma “coleção” de 24 fotos de deportados. Intrigado com os números de registro de alguns deportados, solicitei mais informações aos responsáveis pela exibição. A resposta que recebi foi que sete poloneses, dois ciganos e uma testemunha de Jeová faziam parte dessa composição.

Contudo, nenhuma menção foi feita a esses “detalhes” na exposição. No entanto, pessoas com deficiência, testemunhas de Jeová e poloneses se beneficiaram do “privilégio” da representação ao contrário dos homossexuais.

Nesta escolha se manifesta o que quero indicar com tal lugar conferido aos homossexuais nas exposições analisadas: elas mencionam esses sujeitos, de forma bastante pontual, mas sem que o tema interfira na interpretação mais geral veiculada por suas narrativas (voltaremos a essa questão mais adiante). No *Yad Vashem*, as menções adquirem uma forma “elíptica” (Schlagdenhauffen-Maika, 2005: 253): os homossexuais não têm rosto, individualidade, de modo a permitir a identificação com os visitantes, no máximo apresentam a face genérica da gravura de Gruner. Não se perde, assim, o objetivo da identificação com as trajetórias das vítimas judaicas, missão expressa da instituição. Já no caso do Museu de Washington, se esse objetivo também é enfatizado, há mais brechas para ouvirmos as vozes e vermos os rostos dos triângulos rosa, principalmente através das fotografias coletadas por Klaus Müller, algumas das quais transformadas em “carteiras de identidade”, importante veículo de identificação com os visitantes, como ressaltou Hartog. Fora de Israel e sujeito às pressões de um movimento LGBTQIA+ bastante organizado e aos debates de diversos coletivos sobre a visibilidade e a hierarquia das vítimas do nazismo, essa última instituição consegue trazer mais complexidade à perseguição do referido segmento, embora, insistimos, de forma bastante escassa em termos comparativos a outros grupos. Importante apontar, ainda, que, no museu de Washington D.C., há referência às vítimas mulheres cisgêneras lésbicas (também na forma de uma fotografia de “carteira de identidade”), em geral ausentes desses relatos.

Enfim, com tais considerações quero indicar, mais uma vez, que ambas as exposições abrem espaço para as vítimas homossexuais, evidenciando a diversificação da paisagem memorial do Holocausto ocorrida internacionalmente a partir das últimas décadas do século XX, mas se trata de um espaço diminuto e, por vezes, bastante indireto, do estilo “para não dizer que não falei do assunto”, que se mostra insuficiente para dar conta dos significados dessa presença “incômoda” em relação à própria interpretação da violência nazista.

O lugar mais óbvio destinado aos triângulos rosa nas duas exposições, e que reforça as colocações anteriores, é junto às “outras vítimas”, conjunto em geral apresentado de modo indiferenciado, como uma enumeração que pouco revela das especificidades de cada grupo violentado. No *Yad Vashem*, lembremos, um painel adverte que “o regime nazista regime não estigmatizou apenas os judeus”, mas também “adversários políticos” e “aqueles que foram excluídos da comunidade nacional de outro”, mas nada diz sobre o que significava ser excluído por aderir a uma determinada ideologia política (“adversários políticos”, talvez outra “eclipse”, dessa vez, sobretudo, para comunistas) ou crença religiosa (testemunhas de Jeová), ter uma orientação sexual “dissidente” (homossexuais), pertencer a certo grupo étnico (ciganos) e não se adequar a padrões de “normalidade” física e mental (deficientes). Que ameaças esses diferentes grupos representavam aos valores e práticas nazistas? O que os aproximava e o que os diferenciava na escala dos “perigos”? A única coisa que parece unificá-los é o fato de não serem judeus (será?). Sem dúvida, a grande maioria das vítimas da violência nazista pertencia a esse último grupo étnico, e tal critério quantitativo parece bastar para estabelecer o “nós” que estrutura a narrativa principal da exposição e os “outros” que nela despontam como anexos.

Pode o Triângulo Rosa falar?

O lugar da perseguição aos homossexuais nas exposições de longa duração de dois museus do Holocausto

Apesar de mais matizada, a exposição do Museu Americano não deixa de agrupar as vítimas homossexuais junto às “outras vítimas” não-judaicas, conferindo-lhes mais ou menos destaque de acordo com as pressões políticas dos coletivos que as representam e os interesses geopolíticos dos EUA.

Ambas as instituições, mas sobretudo o Museu de Washington D.C., parecem querer compensar esse lugar de anexo conferido à perseguição nazista a grupos não judeus através de ações para além das exposições de longa duração, o que, contraditoriamente, apesar das “boas intenções”, parece reforçar tal lugar suplementar. No caso das vítimas homossexuais, esse é o caso da exposição itinerante “A perseguição nazista dos homossexuais, 1933–1945”, aberta em 2003. Seu curador, Edward J. Phillips (2008: 106), considera que ela foi “um próximo passo quase natural do Museu do Holocausto” e continua:

Quando o Museu Americano do Holocausto estava sendo organizado na década de 1980, a equipe curatorial principal da exposição tomou a decisão estratégica de contar uma história tão abrangente da Era Nazista e do Holocausto quanto era fisicamente possível dentro da limitação de 36.000 pés quadrados de espaço de exposição. Embora a grande maioria do foco da exposição resida apropriadamente no ostracismo, perseguição e assassinato em massa de judeus da Europa, são incluídas em toda a narrativa da exposição discussões sobre as “outras vítimas”, pessoas que foram consideradas fora e até mesmo prejudiciais à “comunidade nacional” projetada pelos nazistas: oponentes políticos, os deficientes (as primeiras vítimas de assassinato), os Roma e Sinti (“Ciganos”), as testemunhas de Jeová, os poloneses não judeus e os homossexuais alemães. O maior desafio que a equipe enfrentava era encontrar objetos relacionados a essas outras vítimas, particularmente às vítimas gays, já que sua história e histórias estavam apenas começando a vir à luz nos estudos acadêmicos do Holocausto.

Tais palavras acabam por reforçar a dicotomia “vítimas principais” / “outras vítimas”. Sabemos que tal hierarquia não se deve principalmente à limitação de espaço físico, mas a uma escolha política. Sabemos também que os “próximos passos” dados em relação às vítimas não-judaicas não são “(quase) naturais” e não decorrem somente do avanço dos estudos acadêmicos, mas igualmente de pressões e interesses políticos¹⁵.

Lugar “para não dizer que não falei deles”, lugar de “outras vítimas”, lugar “de anexo” ou simplesmente lugar de silêncio, como demonstra o relato de Schlagdenhauffen-Maika sobre as fotografias no *Yad Vashem*... lugares que revelam uma presença incômoda, mas que, cada vez mais, reivindica voz e vez: os homens cisgêneros homossexuais vitimados pelos nazistas. Como é possível ouvi-los com mais atenção e deixá-los falar levando em conta a complexidade das suas existências naqueles anos terríveis, que não se encerraram com a derrota de Hitler? Respostas a essa questão precisam ser (e estão sendo) construídas em conjunto por instituições de memória, curadores, museólogos, historiadores, movimentos sociais e diferentes segmentos da comunidade LGBTQIA+. Nas considerações finais deste artigo, aponto algumas sugestões que, espero, possam motivar o debate.

15 Outras iniciativas que encontrei nos sites das instituições aqui enfocadas referentes à temática são a publicação em forma de livro UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, 1998 (no caso do Museu de Washington D. C.) e a exposição virtual em forma de pdf “Persecución de los Homosexuales por los Nazis 1933-1945”:

https://www.yadvashem.org/yv/pdf-drupal/es/education/persecution_homosexuales.pdf Consulta em 12/12/2021 (no caso do Yad Vashem).

Considerações finais: triângulos rosa, entre a mudez e a eloquência

Desde, pelo menos, o início da década de 1970, os triângulos rosa têm falado, sobretudo em função do trabalho do movimento LGBTQIA+ que configurou esse passado como trauma cultural e transformou-o em emblema de identificação e luta. A incorporação do tema às exposições de longa duração dos museus localizados em Jerusalém e em Washington D.C., reivindicada, sobretudo, por ativistas desse movimento, possibilitou-lhes, em alguma medida, transformarem-se, também, em lugares de memória das violências cometidas contra os homens cisgêneros homossexuais durante o III Reich. Em abril de 1993, logo após a inauguração da instituição estadunidense, na véspera da “Marcha para Washington” daqueles e daquelas simpáticas à “liberação gay” de todo o país, “o museu se tornou um lugar de lembrança para essas vítimas esquecidas”. Na ocasião, Muller falou para um numeroso grupo que se encontrava em frente à instituição: “o museu conta algumas dessas histórias e quebra, assim, uma terrível tradição de silêncio” (*apud* LINENTHAL, 2001: 188-189).

Tais iniciativas, obviamente, não se deram sem resistência. Por exemplo: em Jerusalém, no dia 30 de maio de 1994, judeus ultra-ortodoxos tentaram impedir uma cerimônia dedicada às vítimas homossexuais da perseguição nazista no *Yad Vashem*, organizada durante a conferência anual do Congresso Internacional LGB que se desenrolava em Tel Aviv. O fato gerou muitas controvérsias públicas em Israel (SCHLAGDENHAUFFEN-MAIKA, 2005: 255).

Não obstante esses importantes movimentos, creio ser necessário avançarmos na modulação de uma voz, na verdade, de muitas vozes, ainda mais eloquentes e multifacetadas dos triângulos rosa nas exposições de longa duração dos museus do Holocausto. Para isso, não bastam sussurros isolados, de baixa entonação, por vezes em linguagem indireta ou em um coral indissociável junto a outras vítimas, as quais, obviamente, merecem ter suas dores reconhecidas. No pouco espaço que me resta, vou me permitir mais apontar questões do que indicar caminhos seguros para darmos conta desta multivocalidade complexa.

Em primeiro lugar, construir uma representação mais refinada dos triângulos rosa na paisagem memorial do Holocausto e, mais especificamente, nas exposições sobre o tema, não significa somente inserir mais homossexuais nas suas narrativas, embora esse possa ser um gesto significativo. Creio que o mais importante é superar, ou ao menos tensionar, a narrativa consagrada do Holocausto, que, como a maioria das narrativas históricas, parte do pressuposto da cisheteronormatividade, tida como uma condição natural e a-histórica, cuja enunciação, portanto, parece dispensável. Perguntas mais amplas podem e devem ser feitas a esse passado: por que, em geral, tanto os perpetradores quanto as vítimas se construíram e foram construídas como pessoas heterossexuais e cisgêneras? Quais as semelhanças e diferenças entre tais construções? De que modo essas elaborações se inserem em uma história mais ampla da heterossexualidade e da cisgeneridade, envolvidas, por exemplo, nas narrativas da história nacional alemã e da diáspora judaica, e suas elaborações sobre martírio e heroísmo, antes e depois do Holocausto? Que ambiguidades podemos constatar nessas narrativas? Quais as articulações entre tais construções e outros marcadores sociais da diferença como raça e classe?¹⁶. Aliás, a construção do homem cisgênero judeu desvirilizado e depravado sexualmente foi uma tópica

16 Por exemplo, Magnus Hirschfeld chegou a ser considerado por simpatizantes do nazismo como “o homem mais perigoso do mundo”, por ser judeu e homossexual, e bradar contra a homofobia, a transfobia e o “racismo científico”, identificando tais opressões como interseccionadas, para usarmos um termo atual.

Pode o Triângulo Rosa falar?

O lugar da perseguição aos homossexuais nas exposições de longa duração de dois museus do Holocausto

importante do discurso antissemita nazista¹⁷. Ao combaterem essa imagem, até que ponto as narrativas museais do Holocausto, centradas, seguidamente, no heroísmo dos judeus, muitas vezes associado a características e atitudes consideradas viris, fecham as possibilidades para uma voz mais audível dos triângulos rosa? A separação rígida entre vítimas judaicas e outras vítimas não oblitera a possibilidade de pensarmos em cruzamentos entre marcadores como ser judeu (ou cigano ou testemunha de Jeová ou comunista ou...) e ser homossexual e/ou comunista e/ou deficiente¹⁸.

Um outro conjunto de questões envolve os limites da proposta de identificação com as vítimas que embasa ambas as exposições. Como se pode conciliar (e essa é uma pergunta recorrente nas narrativas memoriais sobre traumas históricos) identificação pessoal com a dor dos/as outros/as e compreensão dos processos mais amplos geradores de tais sofrimentos? Quais vítimas e, mais especificamente, quais triângulos rosa permitem a empatia do público? Somente os homens cisgêneros gays e não efeminados? A vergonha, o moralismo e o segredo que perpassam determinadas práticas sexuais não heteronormativas não acabam obliterando determinadas identificações? As experiências pessoais retratadas nas exposições apenas confirmam suas interpretações mais gerais do Holocausto, dando-lhe carne e osso (mas, em geral, omitindo as práticas e desejos sexuais das pessoas retratadas), ou também ajudam a pluralizá-las e tensioná-las? De modo mais amplo, a questão proposta por Sabina Loriga (2012: 5), referindo-se aos testemunhos de maneira geral, a partir das observações de Eric Santer sobre as abordagens idólatras e fetichistas da Shoa, também ressoa no âmbito da questão aqui abordada: “a tomada da palavra não corre o risco de simular uma estratégia de esquecimento e de desejo de um retorno precoce à normalidade, de estimular a denegação?”. Enfim, a produção de empatia é suficiente para ouvirmos os triângulos rosa em toda sua potencialidade?

Por fim, invoco o provocativo título do artigo de Jennifer Tybursczy, “Todos os museus são museus de sexo”, para indicar que todas as instituições desse tipo performam, pelo que mostram e pelo que não mostram, narrativas sobre gênero e sexualidade. Cabe aos que prezam pela sua capacidade de contribuir para a construção de um mundo mais justo e plural estarmos cientes desse fato e utilizá-lo a favor de nossa causa. Ouvirmos, efetivamente, os triângulos-rosa pode ser um bom passo nesse sentido.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey et al. *Cultural trauma and collective identity*. Berkeley: University of California Press, 2004.

BOULLIGNY, Arnaud (org.). *Les homosexuel.les.s en France: du bûcher aux camps de mort*. Paris: Éditions Tirésias-Michel Reynaud, 2018.

GATTI, Gabriel. Dossier Narrativas, figuras y soportes de la transnacionalización del sufrimiento. De los desaparecidos (locales) a las víctimas (globales). *historia-politica.com* Mar del Plata: Programa Interuniversitario de Historia Política, Junho 2019. <https://historiapolitica.com/dossiers/dossier-narrativas-figuras-y-soportes-de-la-transnacionalizacion-del-sufrimiento-de-los-desaparecidos-locales-a>

17 A ideia de que a homossexualidade era um aspecto da influência destrutiva dos judeus na comunidade nacional alemã não foi incomum nas publicações nazistas (MARHOEFER, 2016: 1184).

18 Schlagdenhauffen-Maika (2005) cita exemplos interessantes que sustentam essa possibilidade.

-las-victimas-globales/ Acesso em 27/12/2021.

GUMBRECHT, Hans U. *Produção de Presença – o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2010.

HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, Sandra J. (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

HUNEKE, Samuel Clowes. The Duplicity of Tolerance: Lesbian Experiences in Nazi Berlin. *Journal of Contemporary History*, v. 54 (1) 30–59, 2019. DOI: 10.1177/0022009417690596

LE BITOUX, Jean. *Les oubliés de la mémoire*. Paris: Hachette, 2002.

LORIGA, Sabina. La question du trauma dans l'interprétation du passé. *Atelier International de Recherches sur les Usages Publics du Passé*. Paris: Programme de Recherches Interdisciplinaires de l'EHESS, 2012. <http://usagespublicsdupasse.ehess.fr/la-question-du-trauma-dans-linterpretation-du-passe/> Acesso em 27/12/2021

LORIGA, Sabina. Sobre el trauma histórico. *Pasajes*, n. 54, 2018, pp. 92-110

LINENTHAL, Edward T. *Preserving Memory: The struggle to create America's Holocaust Museum*. Nova York: Columbia University Press, 2001.

MARHOEFER, Laurie. Lesbianism, Transvestitism, and the Nazi State: A Micro-history of a Gestapo Investigation, 1939–1943. *The American Historical Review*, v. 121, n. 4, pp. 1167–1195, Outubro de 2016, DOI: <https://doi.org/10.1093/ahr/121.4.1167>

MANCINI, Elena. *Magnus Hirschfeld and the Quest for Sexual Freedom: A History of the First International Sexual Freedom Movement*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2010.

NOVICK, Peter. *The Holocaust in American Life*. Boston: Ed. Houghton Mifflin Co., 1999.

OFER, Dalia. Victims, Fighters, Survivors: Quietism and Activism in Israeli Historical Consciousness. *Common Knowledge* 16(3):493-517, September 2010 DOI:10.1215/0961754X-2010-008

PALDIEL, Mordecai. The Righteous Among the Nations at Yad Vashem. *The Journal of Holocaust Education*, v. 7, ns. 1-2, pp. 45-66, 1998, pp. 45-66. <https://doi.org/10.1080/17504902.1998.11087062>

PHILLIPS, Edward. Nazi Persecution of Homosexuals: The Curator's View, *Museums & Social Issues*, 3:1, 105-114, 2008. DOI: 10.1179/msi.2008.3.1.105

PLANT, Richard. *The pink triangle*. Nova York: Holt Paperbacks, 1988.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

Pode o Triângulo Rosa falar?

O lugar da perseguição aos homossexuais nas exposições de longa duração de dois museus do Holocausto

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1993.

RÖSKE, Thomas. Sexualized Suffering on Some Lithographs by Richard Grune. *Intervalla: platform for intellectual exchange*, 2 (2014), pp. 79-96.

RUPP, L. J. e FREEMAN, S. K. (orgs.). *Understanding and Teaching U. S. Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender History*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2017.

SETTINGINGTON, Ken. *Marqués du triangle rose*. Quebec: Septentrion, 2018.

SCHLAGDENHAUFFEN, Régis. *Triangle Rose: La persécution nazie des homosexuels et sa mémoire*. Paris: Autrement, 2011.

SCHLAGDENHAUFFEN-MAIKA, Régis. The New Holocaust History Museum of Yad Vashem and the Commemoration of Homosexuals as Victims of Nazism. *Bulletin du Centre de Recherche Français à Jérusalem*, n. 16, pp. 244-261, 2005.

SILVA, Karen Pereira da. *Triângulos Rosa: A diversidade memorial dos prisioneiros homossexuais no Holocausto*. Porto Alegre: UFRGS, 2018 (TCC em História).

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018.

TEDESCO, Caio de Souza. “Nós somos complexos”: historiografia queer na contemporaneidade – uma análise da operação historiográfica no National Museum: LGBT History and Culture. Porto Alegre, UFRGS, 2018 (TCC em História).

TYBURCZY, Jennifer. All Museums Are Sex Museums, *Radical History Review*, n. 113, pp. 199–211, 2012. <https://doi.org/10.1215/01636545-1504993>

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *Homosexuals*. Washington, D. C.: United States Holocaust Memorial Museum: United States Holocaust Memorial Museum, 1998.